



## HISTÓRIA E FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS NO BRASIL E EM SERGIPE

IRANILDE DOS SANTOS ROCHA SOUZA

EIXO: 4. EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

### RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de analisar os aspectos históricos e filosóficos da educação dos surdos no Brasil e em Sergipe. Justifica-se, esse estudo, pela necessidade de compreender o processo educacional dos surdos na atualidade. Para abordar o tema optou-se pela fundamentação teórica a partir da leitura de Rita Souza (2009, 2013); Sacks (2010) e Verônica Souza (2007). A análise bibliográfica demonstrou que a história da educação dos surdos no Brasil começa formalmente no período imperial com o Instituto de Meninos surdos-mudos (1857) no Rio de Janeiro, e em Sergipe inicia com a implementação do Centro de Reabilitação Ninota Garcia (1962). Os surdos eram vistos por uma filosofia que os considerava “incapazes de aprender”, mas, após a necessidade de civilização, a Libras passa a ser vista como instrumento prioritário de emancipação e inclusão social dos surdos.

**Palavras-chave:** História. Filosofia. Educação dos Surdos. Brasil. Sergipe.

### ABSTRACT

This work aims to analyze the historical and philosophical aspects of deaf education in Brazil and Sergipe. Justified, this study, the need to understand the educational processes of deaf people today. To address the issue opted for the theoretical foundation from reading Rita Souza (2009, 2013); Sacks (2010) and Veronica Souza (2007). The literature review has shown that the history of deaf education in Brazil begins formally in the imperial period with the Institute for deaf-mutes Boys (1857) in Rio de Janeiro, Sergipe and starts with the implementation of the Rehabilitation Center Ninota Garcia (1962). The deaf were seen by a philosophy that considered them "incapable of learning", but after the need for civilization, Pounds is seen as a priority instrument of emancipation and social inclusion of the deaf.

**Keywords:** History. Philosophy. Education of the Deaf. Brazil. Sergipe.

### INTRODUÇÃO

A Educação dos surdos no Brasil e em Sergipe, numa perspectiva histórica e filosófica, não foi diferente da educação geral, uma vez que apresenta problemas semelhantes: a visão médica e higienista “a higiene abarcava um conjunto de aspectos, incluindo valores e condutas [...]” (SOUZA, 2009, p.112); falta de profissionais capacitados; a extensão do ensino para todos os surdos; falta de materiais especializados; falta de crença na capacidade de aprendizagem dos surdos; e influências estrangeiras no processo educacional, principalmente a filosofia educacional francesa no processo de escolarização dos surdos. “Foi buscar fora do Brasil, a experiência que nos faltava; [...] as instituições e os costumes franceses, [...]” (HAIDAR, 2008, p.98)

“[...] era indispensável cuidar da educação pública e, nesse sentido, fazia necessário a construção de prédios, a qualificação de professores e a instituição de um “programa de ensino público” adequado [...]”. (SOUZA, 212, p.157). Porém, diferente da educação geral, a educação dos surdos só foi iniciada no período imperial.

No Brasil, a educação dos surdos é iniciada com a chegada do francês Ernest Huet, em 1855, no Rio de Janeiro. O professor Ernest organiza a escola para educandos surdos, num momento social em que tais indivíduos não eram reconhecidos como cidadãos. (SALLES, 2004, p.55)

As discussões e reflexões sobre a educação dos surdos são necessárias por que, desde que os surdos foram vistos como “incapazes de aprender”, eles viviam a margem da sociedade. Os surdos não tinham seus direitos e os ouvintes decidiam métodos educacionais que não estimulavam seu desenvolvimento em nenhum aspecto, como, a imposição da filosofia oralista defendida por Graham Bell no Congresso de Milão, em 1880.

Porém, na França, o abade francês Charles Michel L'Épée, preocupado com a educação dos surdos, cria “o sistema de sinais metódicos”, que se expande pelo mundo, chegando ao Brasil, em 1856, pelo francês e surdo Ernest Huet. Percebe-se a influência francesa no processo educacional dos surdos ao implantar o primeiro local de instrução para surdos no Brasil.

No Brasil, a figura do Sergipano Tobias Rabello Leite, coordenador do Instituto dos Meninos-Surdos (Rio de Janeiro), divulga a possibilidade de educação para surdos, principalmente, na sua terra natal, Sergipe. Segundo Verônica Souza (2007), durante os 28 anos em que Tobias Leite esteve a frente do Instituto de Meninos Surdos, lutou pela escolarização das pessoas com surdez, traduziu muitas obras sobre o assunto, estruturou e divulgou o ensino de surdos no Brasil e influenciou a construção do Centro de Reabilitação Ninota Garcia, em Sergipe.

Assim como na educação geral, o colégio D. Pedro II foi referência, ou seja, foi um modelo educacional para todas as regiões do Brasil, na educação dos surdos o Instituto Nacional de Educação de Surdos teve e desempenha até hoje o mesmo papel.

De acordo com os poucos avanços, grandes recuos e as influências na educação dos surdos, esse estudo tem o objetivo de analisar os aspectos históricos e filosóficos da educação dos surdos no Brasil e em Sergipe e fazer um comparativo com a educação geral. O interesse pela pesquisa justifica-se devido à necessidade de compreender o processo educacional dos surdos diante da história desordenada do Brasil e das influências externas, tanto na educação geral pelos americanos quanto no processo educacional do deficiente auditivo principalmente, da França.

Na metodologia da pesquisa histórica e bibliográfica, além das leituras e discussões pertinentes ao tema, que nortearam esse estudo, também foram utilizadas duas dissertações inéditas, defendidas na Universidade Federal de Sergipe- UFS: Verônica Souza (2007) com a obra intitulada “A Gênese da Educação dos Surdos em Aracaju” e Rita Souza (2009) “Educação Especial em Sergipe do Século XIX ao início do Século XX: Cuidar e Educar para Civilizar”. Segundo Xavier (2010, p.56), quando um problema surge dentro de um tema e desperta o desejo de investiga-lo, cabe em primeiro lugar, fazer uma varredura bibliográfica sobre livros, revistas especializadas, jornais, sites da internet para ler tudo que já foi publicado sobre aquele tema e problema.

Na introdução, apresenta-se a importância da pesquisa em conhecer mais sobre a história dos surdos para melhor compreender o seu processo educacional e a sua efetivação na atualidade. O segundo capítulo os aspectos históricos e filosóficos da educação dos surdos no Brasil e em Sergipe, fazendo uma relação com os acontecimentos históricos, políticos e sociais do país, que tiveram relevância nesse processo, e, finalmente, as considerações finais sintetizam os pontos mais importantes desse estudo.

Nesse sentido, o processo histórico da educação dos surdos no Brasil e em Sergipe foi lento, devido aos conceitos filosóficos existentes sobre os surdos, que eram incapazes de aprender, a filosofia oralista e comunicação total visando à fala. Surge, a lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002 reconhece a Libras como língua oficial da comunidade surda e isso representa um novo período no processo educacional dos surdos.

Logo, a Língua de Sinais é reconhecida como importante via de acesso aos conteúdos escolares, inclusive ao aprendizado da Língua Portuguesa, como segunda língua, na modalidade escrita. Então, esse estudo procurou analisar, de forma precisa, e relacionar personagens, autores e acontecimentos da História e Filosofia da educação dos surdos no Brasil e em Sergipe num contexto em que, apesar dos avanços e muitos recuos, a educação dos surdos se encontra interlaçada a educação geral pela falta de interesse das autoridades em priorizar as políticas públicas em relação a uma educação democrática e de qualidade, um problema que há muito tempo vem sendo discutido, e não passa de um discurso político.

## **EDUCAÇÃO DOS SURDOS NO BRASIL E EM SERGIPE**

Os primeiros registros da história e filosofia da educação dos surdos no Brasil são do período imperial, os surdos estavam isolados. Em Sergipe, 1855, estava mudando a capital de São Cristóvão para Santo Antônio do Aracaju. No Rio de Janeiro, com a chegada do Professor francês e surdo Ernest Huet, iniciava a educação dos surdos no Colégio Vassinon, até a implantação do Instituto Imperial de Surdos-Mudos recomendado por D. Pedro II, atualmente, é o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

O Instituto Imperial de Surdos-Mudos foi inaugurado em 1857. Ernest Huet, aluno do abade De l'Epée e professor do Instituto Nacional de Surdos-Mudos em Paris, utilizou o método combinado (sinais + fala) por influência francesa, apesar de outros educadores acreditarem que o método oral puro era melhor. Trouxe o alfabeto manual francês que posteriormente deu origem a Libras – Língua Brasileira de Sinais. Em 1861, devido a problemas internos no Instituto Imperial, Huet entrega a escola ao Império.

Com a saída de Ernest Huet, o Marquês de Olinda providenciou outros instrutores, porém sem sucesso. O Ministro Fernando Torres convida o médico sergipano Dr. Tobias Leite para realizar uma inspeção e atesta que o Imperial Instituto de Meninos Surdos-Mudos era “um depósito asilar de surdos” (Verônica Souza, 2007, p.85). Tobias Leite assumiu o cargo de diretor uterino do Instituto em 1868 e em 1872 foi nomeado diretor efetivo permanecendo no cargo até sua morte, em 1896. Percebe-se que a dificuldade para encontrar um profissional para substituir Ernest Huet está ligada a falta de profissionais qualificados.

Segundo Verônica Souza (2007), no século XV, havia uma estreita ligação entre a medicina e a educação na Europa. No Brasil, inicia-se tardiamente, devido às péssimas condições do país, então colonizado. No século XIX, a educação dos surdos é iniciada através da visão médica do Sergipano Tobias Rabello Leite e Joaquim Menezes Vieira.

Tobias Leite defendia que um médico com vocação para educação deveria acompanhar o processo de aprendizagem dos surdos. “[...] o discurso médico-higienista se aproxima cada vez mais do âmbito das práticas educativas, elegendo-as enquanto instâncias privilegiadas de sua ação para a circulação de seus diagnósticos, prescrições e receitas.” (BURITI, 2011, p. 68).

Na segunda metade do século XIX destaca-se a figura do sergipano Tobias Rabello Leite na direção do Imperial Instituto de Meninos surdos no Rio de Janeiro. A atuação de Tobias Leite no Instituto de Surdos-Mudos foi amplamente divulgada em Sergipe com a intenção de divulgar a educação dos surdos. (Verônica Souza, 2007, p.57)

Segundo Verônica Souza (2007), Tobias Leite teve um papel histórico e singular para moldar a política e as práticas da educação dos surdos no fim do Império e início da República. Quando esteve à frente do Instituto, tornou-se a mais importante autoridade de sua época na educação dos deficientes auditivos, ou seja, estruturou a educação dos surdos no Brasil e em Sergipe, ou seja, Tobias Leite escreveu sobre e formou a educação dos surdos. “[...] desde a segunda metade do século XIX, tratados sobre a história da educação brasileira foram elaborados por médicos, engenheiros, religiosos, educadores e historiadores e circularam no país e no exterior.” (VIDAL; FARIA FILHO, 2005, p.73).

Nesse ponto, é importância esclarecer quem foi o médico sergipano que revolucionou a visão assistencial dos deficientes auditivos e passou a divulgar a possibilidade de educação dos surdos, trazendo uma nova fase para vida desses brasileiros e sergipanos.

Tobias Rabello Leite nasceu em Riachuelo, parte do município de Laranjeiras no dia 07 de abril de 1827 e faleceu na cidade do Rio de Janeiro no dia 03 de agosto de 1896, vítima de miocardite e sepultado no dia seguinte no Cemitério São João Batista [...] filho de uma importante família da aristocracia açucareira, em 1890 a situação econômica de Sergipe era considerada boa por causa da cultura do açúcar instalada no vale do rio Cotinguiba. (Verônica Souza, 2007, p.74-75)

A gestão de Tobias Leite no Instituto imperial de Surdos-Mudos foi conturbada devido aos acontecimentos históricos e filosóficos da época e Instalação da República. Em 1880, a educação dos surdos brasileiros foi alterada pela criação do Museu Escolar do Instituto dos Surdos-Mudos, financiado pelo Imperador D. Pedro II e direcionado pelo Dr. Tobias Leite. Foi, também, na Gestão de Tobias Leite no Instituto que aconteceu o Congresso Internacional de Educadores de Milão em 1880, isso influenciou a educação dos surdos no Instituto, pois o ensino passou a ser totalmente oral.

Em Milão, na Itália, em 1880, realiza-se o Congresso Internacional de Surdo Mudez, ficando definido que o Método Oral é o mais adequado na educação do surdo. Nesse congresso, a visão oralista defende que só através da fala o indivíduo

surdo poderá ter seu desenvolvimento pleno e uma perfeita integração social. Desse modo, o domínio da língua oral torna-se condição básica para sua aceitação em uma comunidade majoritária. (SALLES, 2004, p.55)

Segundo Rita Souza (2009), em 1883, o atendimento aos surdos nas instituições especializadas e a formação de professores, foram discutidos no I Congresso de Instrução Pública. Diante disso, os profissionais, que foram estudar na Europa, voltaram entusiasmados, após a Proclamação da república (1889), com o intuito de modernizar o Brasil. Segundo Verônica Souza (2007), a educação dos surdos era ignorada pelos governantes de Sergipe, porém, desde 1870, já havia, em Aracaju – SE, uma ampla divulgação dos trabalhos realizados no Instituto Imperial dos Meninos Surdos, mas a prática educacional só desenvolveu em instituições, a partir de 1960.

Em Sergipe, influenciado pela filosofia escola nova, o Senador sergipano Carvalho Neto (1921) demonstrou interesse pela educação dos anormais e direcionou suas ideias ao Presidente, porém seu projeto foi indeferido. É importante ressaltar as várias tentativas para construção de escolas especiais para as crianças mentalmente atrasadas em cada estado e no distrito federal, através dos projetos do senador Carvalho Neto, embora sem sucesso.

[...] representou Sergipe o deputado Antônio Manuel de Carvalho Neto [...] apresentara ao congresso criando escolas de aperfeiçoamento e classes especiais para atrasados, numa atuação pioneira da educação dos excepcionais no Brasil. O projeto, intitulado Educação dos Anormais, teve larga repercussão na imprensa da Capital do País. (NUNES, 1984, p.245)

Segundo Verônica Souza (2007), após a atuação de Tobias Leite no Instituto, os estudos sobre a educação dos surdos mingam e só retomam, a partir de 1950. O entusiasmo pela educação certamente recebeu influência da Campanha de Educação dos Surdos Brasileiros (CESB), em 1950, “teve o objetivo de promover medidas necessárias à educação e à assistência aos deficientes da audição e da fala, em todo o território nacional”. (Verônica Souza, 2007, p.130)

A primeira iniciativa para reabilitar os deficientes em Sergipe foi de 1950, a escola para cegos - Serviço de Assistência à Mendicância (SAME) - sustentada pela iniciativa privada, pública e igreja católica, com a morte da professora Maria Helena Barros, deficiente visual, a escola foi desativada. Segundo Rita Souza (2009), é importante destacar que a igreja católica e a sociedade civil foram pioneiras nas iniciativas de atenção as pessoas com deficiência.

As escolas de surdos eram escassas no país, em 1960, devido ao descrédito na possibilidade de escolarização dos surdos. Na segunda metade do século XX, aumenta o número de escolas em todo o mundo e no Brasil, surgiu: Instituto Santa Terezinha para meninas surdas (SP); Escola Concórdia – Porto alegre (RS); Escola de surdos de Vitória (ES); Centro de Audição e Linguagem Brasília (DF).

O SAME foi desativado para adaptação do Centro de Reabilitação “Ninota Garcia” inaugurado em 1963. “A inauguração do “Ninota” ocorreu no dia 24 de junho de 1962, demonstrando uma iniciativa avançada para época”. (Verônica Souza, 2007, p.123). O objetivo do Ninota Garcia era promover assistencialismo médico e oficinas manuais.

Surge assim o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, desde sua origem com proposta educacional e preparação para o trabalho, pioneiro na atuação com a educação especial no estado e terceiro no país. Teve como presidente durante grande parte do seu período de funcionamento Dr. Antônio Garcia Filho. (Rita Souza, 2013, p.77)

É importante observar que, nas décadas de 1960 e 1970, as orientações pedagógicas oferecidas pelo Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES) do Rio de Janeiro, onde as professoras do Ninota se especializaram, sofreu influência das teorias francesas e americanas, bem como a interferência médica em seu âmbito escolar, (Verônica Souza, 2007). A partir de 1970, a política nacional começa a priorizar a educação especial. Em Sergipe, a Secretaria de Educação do Estado pede ajuda federal para atender essa demanda. Um grupo de professores sergipanos vai ao INES se especializar na área da surdez para atuar nas classes especiais da recém-criada escola de primeiro grau 11 de agosto, criada no governo de Paulo Barreto de Menezes, em 1970.

Desde o Congresso de Milão (1880) até 1970, a educação do surdo brasileiro teve base essencialmente oral. Todavia, apesar da hegemonia da oralidade, sempre houve questionamentos a respeito do ensino, oral ou sinalizado. Mas, os surdos continuam ensinando sinais aos ouvintes e criaram a língua de sinais do Brasil na esperança de ser reconhecida por lei, posteriormente. Segundo Rita Souza (2009), os surdos criaram a LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais - bem antes da fundação, em 1989, da Federação Nacional de Educação Integral dos Surdos (FENEIS), onde começa a divulgação da Libras através de cursos, mesmo sem o seu reconhecimento legal.

Segundo Verônica Souza (2007), depois da introdução da Filosofia da Comunicação Total, ou seja, o português sinalizado com o objetivo de fazer o surdo falar, surgem duas instituições: a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos (APADA) e Associação dos Surdos do Estado de Sergipe (ASES), na década de 1990, todos os surdos aprenderam a libras e tornaram-se fluente. Em 1994, a Declaração de Salamanca destaca a importância da língua de sinais na comunicação dos surdos.

Segundo a legislação educacional, foram acrescentadas na garantia dos direitos dos surdos, as determinações da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, incumbindo ao Poder Público tomar providências no sentido de eliminar as barreiras da comunicação, a fim de garantir às pessoas com deficiência auditiva ou dificuldades de comunicação o acesso à informação, à educação, incluindo a promoção de formar profissionais intérpretes de Libras para mediar a comunicação direta a essas pessoas. (Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000).

Em 2000, foi fundado o Instituto Pedagógico de Apoio à Educação do Surdo de Sergipe (IPAESE), com o objetivo de promover a inclusão escolar, social e digital das crianças e adolescentes com deficiência auditiva no Estado de Sergipe. Segundo Salles (2004), as garantias individuais do surdo e o pleno exercício da cidadania alcançaram respaldo institucional decisivo com a Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002, em que é reconhecido o estatuto da Língua Brasileira de Sinais como língua oficial da comunidade surda, com implicações para sua divulgação e ensino, para o acesso bilíngue à informação em ambientes institucionais e para a capacitação dos profissionais que trabalham com os surdos.

Em 2004, foi instalado o primeiro Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS), em Santa Catarina e, atualmente, todos os Estados brasileiros contam com um centro do CAS vinculado à Secretária de Educação. Os centros têm o objetivo de promover a inclusão do surdo, efetivar sua participação social, também realiza estudos, pesquisas e capacitações na área da surdez.

Os surdos começam a adquirir alguns direitos graças ao uso e difusão da Libras e, principalmente, por que muitos pesquisadores se interessaram em estudá-la, por isso políticas públicas estão sendo exigidas pelos próprios surdos embasados nas teorias dos ouvintes. “[...] as representações não são simples imagens, verdadeiras ou falsas, de uma realidade que lhe seria externa; elas possuem uma energia própria que leva a crer que o mundo ou o passado [...] produzem brechas que rompem às sociedades e as incorporam nos indivíduos [...]” (CHARTIER, 2009, p. 52). Para Nascimento (2006), dentre os principais eixos temáticos que vêm obtendo prestígio no campo durante a primeira metade do século XX estão: a educação infantil, a educação especial, entre outros. E em (2010) enfatiza que a primeira pesquisa realizada em Educação Especial em Sergipe a nível de mestrado foi realizada por Rita de Cácia dos Santos Souza em 2005.

Segundo Alvez, et al (2010), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) defende mudanças no ambiente escolar e nas práticas sociais para promover a participação e aprendizagem dos surdos na escola comum. Muitos desafios estão sendo enfrentados e as propostas educacionais revisadas na busca de novas práticas de ensino e aprendizagem significativas para os surdos.

Dentre as filosofias repercutidas em outros países que influenciaram o Brasil, a filosofia oralista defendida por Graham Bell no Congresso de Milão, em 1880, excluiu a língua de sinais do contexto educacional e trouxe atrasos para o Brasil.

[...] quando Bell jogou todo o peso de sua imensa autoridade e prestígio na defesa do ensino oral para os surdos, a balança finalmente pendeu, e no celebre Congresso Internacional de Educadores de Surdos, realizado em 1880 em Milão, no qual os próprios professores surdos foram excluídos da votação, o oralismo saiu vencedor e o uso da língua de sinais nas escolas foi “oficialmente” abolido [...]. (SACKS, 2010, p.35)

O oralismo não desenvolveu a aprendizagem e não concretizou a intenção de fazer os surdos falarem, cria-se uma nova filosofia, a Comunicação Total, que usava dois métodos a fala e os sinais, porém usava a gramática da língua do país, uma estrutura não aceita pela linguística e sem sucesso. Surge em meio a um tumulto e revoltas dos surdos, já frustrados com as duas filosofias de ensino, o Bilinguismo, que visa capacitar o surdo a usar as duas línguas: a língua natural dos surdos, a libras e a língua majoritária, a língua portuguesa como segunda língua. Essa filosofia foi aceita pela comunidade surda e as escolas adotaram como método educacional de inclusão e respeito à cultura surda. Segundo Veyne (1998), cada época tem uma visão diferente sobre os temas.

De acordo com essas novas leis, federal e estadual, a rede pública de ensino, através da Secretária Estadual de Educação (SEE), garantiu acesso à educação bilíngue, desde a educação infantil até os limites mais elevados do ensino aos alunos surdos. (Rita Souza, 2009, p.52)

Em 2010, o Estado de Sergipe implanta os serviços de intérpretes do ensino Fundamental ao Ensino Médio, a Universidade Federal de Sergipe também disponibiliza intérpretes para o ensino superior. Atualmente, todos os estados brasileiros e muitas cidades já contam com associações de surdos, na de Aracaju foi fundada em 2012.

Na atualidade, o bilinguismo é uma esperança para educação dos surdos por que prioriza a língua natural, a Libras e ensino da língua portuguesa, as escolas já adotaram esse método, porém os surdos ainda apresentam muita dificuldade na aprendizagem da língua portuguesa, sendo, portanto, uma questão de metodologia. Segundo Iranilde Souza e Rita Souza (2013), em relação à aprendizagem da Língua Portuguesa na modalidade escrita, a proposta de contextualização a partir dos gêneros textuais oferece um ensino completo desde a leitura até a produção escrita, além de possibilitar ao aluno surdo vivenciar os textos de acordo com sua função social, representando um grande avanço na educação dos surdos.

Apesar da proposta bilíngue favorecer a inclusão dos surdos no ensino regular em oposição ao atendimento oferecido somente pelas escolas especializadas, os surdos reivindicam escolas bilíngues, com estrutura voltada para história, cultura e identidade surda, com professores e funcionários bilíngues, a Libras como forma de comunicação prioritária e uma grande quantidade de alunos surdos interagindo e discutidos propostas para fortalecer a comunidade surda, um aspecto que ainda não é visto nas escolas regulares. Nesse sentido, na visão dos surdos é importante “[...] também compreender as práticas escolares enquanto dispositivo de transformação material de outras práticas culturais e seus produtos.” (NUNES e CARVALHO, 1994, p.58)

Dessa forma, na atualidade, a proposta inclusiva defende a educação dos surdos no ensino regular em oposição ao atendimento oferecido somente pelas escolas especializadas. Através desse processo de inclusão, a Língua de Sinais é reconhecida como fundamental para o acesso aos conteúdos escolares, inclusive na aprendizagem da Língua Portuguesa, como segunda língua na modalidade escrita.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise bibliográfica demonstrou que a educação dos surdos no Brasil e em Sergipe passou por muitos contratempos, assim como no mundo inteiro, porém o Brasil, devido a uma série de fatores dentre eles a condição de colônia e também mal governado, o processo educacional dos surdos, igualmente ao avanço tímido da educação em geral, foi acontecendo de acordo com a influência da filosofia educacional dos outros países dentre eles a França.

Da França, a educação dos surdos brasileiros herda o primeiro professor do Instituto de Meninos Surdos- Mudos (INES) Ernest Huet e método educacional para surdos. Sendo assim, a grande contribuição francesa, diante do avanço tímido da educação dos surdos no período Imperial, impulsiona a construção do Instituto e o surgimento da Libras através do alfabeto manual francês. Destaca-se a ilustre figura do médico sergipano Tobias Rabello Leite, que divulgou as novidades sobre educação dos surdos em Sergipe e impulsionou a implantação do SAME e do Centro de Reabilitação Ninota Garcia. Depois, surgem as primeiras instituições para educação dos surdos.

Dessa forma, a história dos surdos no Brasil é marcada por sucessivas lutas e conquistas, assim como retrocessos, a imposição do oralismo e da comunicação total atrasaram os surdos. A filosofia bilíngue representa um avanço no ensino porque prioriza as principais necessidades dos alunos surdos. Em relação à língua portuguesa, é necessário um ensino contextualizado a partir dos gêneros textuais. Porém, ainda há muito por se fazer em relação à educação dos surdos no Brasil e em Sergipe. Então, Percebe-se que é impossível dissociar a história de Sergipe da história do Brasil, e a Educação em Sergipe se deu completamente acoplada aos mesmos propósitos que dominavam o país, distinguindo-se apenas em aspectos não muito significativos das particularidades locais.

#### REFERÊNCIAS

ALVEZ, Carla Barbosa; FERREIRA, Josimário de Paula; DAMÁZIO, Mirlene Macedo. **Educação Especial Perspectiva da Educação Escolar**: Abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez. Brasília: MEC, 2010.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.

BURITI, Iranilson. **Leituras do Sensível**: escritos femininos e sensibilidades médicas no segundo império. Campinas Grande: EDUEFCG, 2011.

CHARTIER, Roger. **A História ou a Leitura do Tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

ESPANHA. **Declaração de Salamanca**, de 10 de junho de 1994.

Lei Nº 11.796, de 29 de outubro de 2008 [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11796.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11796.htm) acessado em 27 de julho de 2013.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. Sobre o campo da história da educação na região nordeste. In: VASCONCELOS, José Gerardo; NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. (orgs.) **História da Educação no Nordeste Brasileiro**. Fortaleza: Edições UFC, 2006.

\_\_\_\_\_. Os embates teóricos e a produção historiográfica educacional nos 15 anos do NPGED. In: BERGER, Miguel André (org.). **A pesquisa educacional e as questões da educação na contemporaneidade**. Maceió: EDUFAL, 2010, p. 105-124.

NUNES, Clarice e CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Historiografia da educação e fontes. In: **Cadernos ANPED**. Belo Horizonte, 1993, p.7-64.

NUNES, Maria Thetis. **A História da Educação em Sergipe**. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

SACKS, Oliver. **Vendo Vozes**: uma viagem ao mundo dos surdos. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SALLES, Heloisa Maria Moreira Lima et al. **Ensino de Português para Surdos**: caminhos para a prática pedagógica. Vol.1 Brasília: Programa de Apoio à Educação dos surdos, 2004.

SOUZA, Iranilde dos Santos Rocha; SOUZA, Rita de Cácia dos Santos. **Gêneros Textuais**: uma proposta para o ensino de Língua Portuguesa para surdos. In: Surdez, Deficiência Auditiva e Educação Especial. Rita de Cácia Santos Souza (org.). Aracaju – SE: Criação Editora, 2013, p.157-178.

SOUZA, Josefa Eliana. **O programa de Instrução pública de Tavares Bastos (1861-1873)**: concepções a partir do modelo norte-americano. São Cristóvão – SE: Editora UFS, 2012.

SOUZA, Rita de Cácia dos Santos. **Educação Especial em Sergipe do Século XIX ao início do Século XX**: cuidar e educar para civilizar. Doutorado em Educação Inclusiva. Salvador – BA, 2009.

\_\_\_\_\_. **Educação Especial em Sergipe / Século XX**: uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas. 2 ed. Aracaju – SE: Criação editora, 2013.

SOUZA, Verônica dos Reis Mariano. **A Gênese da Educação dos Surdos em Aracaju**. Doutorado em Educação Inclusiva. Salvador – BA, 2007.

SOUZA, Rosa de Fátima de. **Alicerces da Pátria**: História da Escola Primária no Estado de São Paulo (1890-1976). Campinas: Mercado das Letras, 2009.

VEYNE, Paul Marie. Tudo é histórico, logo a história não existe. In: VEYNE, Paul Marie. **Como se escreve a história**: Foucault Revoluciona a história. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998, p.25-39.

VIDAL, Diana Gonçalves. Escola Nova e Processo Educativo. In: LOPES, Eliana Marta Teixeira; FARIA Filho, Luciano Mendes e VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p.497-517.

XAVIER, Antônio Carlos. **Como fazer e apresentar trabalhos científicos em eventos acadêmicos**: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Recife – PE: Rêspel, 2010.

Mestranda em Educação (UFS), Especialista em LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais: educação especial (Faculdade São Luís de França), Graduada em Letras - Português/Inglês (Faculdade José Augusto Vieira), membro da Associação Brasileira de Educação Especial e do grupo de pesquisa do NUPIEPED (UFS). iranilderochas@gmail.com

Recebido em: 05/07/2015

Aprovado em: 09/07/2015

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: